

04
2017

BEO RAM

BOLETIM DE
EXECUÇÃO
ORÇAMENTAL

GOVERNO
REGIONAL
DA MADEIRA



Índice

Apresentação	4
1. Síntese global	5
2. Subsetor do Governo Regional.....	6
2.1. Síntese	6
2.2. Receita.....	9
2.3. Despesa	13
3. Subsetor Serviços e Fundos Autónomos e EPR.....	18
3.1. Entidades Públicas Reclassificadas.....	18
3.2. Síntese Global dos SFA e EPR	19
4. Dívida não Financeira da Administração Regional	23
5. Anexos	25
6. Conceitos aplicados.....	27
7. Siglas e abreviaturas.....	28
8. Índice de Quadros	29
Ficha técnica.....	30

◆ Apresentação

O *Boletim de Execução Orçamental do Governo Regional da Madeira* é uma publicação com periodicidade mensal, onde se afere a evolução da receita e da despesa, dos compromissos e da dívida não financeira da Administração Pública Regional (APR), compreendendo os serviços integrados do Governo Regional (GR), os Serviços e Fundos Autónomos (SFA) e as Entidades Públicas Reclassificadas (EPR).

A estrutura da publicação permite expressar de forma clara e abrangente a evolução da execução orçamental nas suas diferentes óticas — através da análise funcional, económica e orgânica — por cada subsetor que compõe a Administração Pública da RAM: Governo Regional (GR), Serviços e Fundos Autónomos (SFA) e Entidades Públicas Reclassificadas (EPR) e a evolução da dívida não financeira.

A informação em apreço é divulgada até ao final do mês seguinte àquele a que respeita, pelo que a edição que ora se apresenta reporta-se aos valores acumulados até ao final de março de 2017.

◆ I. Síntese global

O quadro seguinte apresenta os dados na forma consolidada da execução orçamental de março de 2017:

QUADRO I - Execução orçamental consolidada (janeiro-março)				€ Milhares
	GR	SFA	EPR	Saldo consolidado
Receita corrente	210.362,4	92.608,0	61.383,7	231.106,7
Impostos diretos	46.474,7	404,1	0,0	46.878,7
Impostos indiretos	111.174,9	24,7	0,0	111.199,5
Contribuições de Segurança Social	0,0	0,0	0,0	0,0
Outras receitas correntes	52.712,8	92.179,3	61.383,7	73.028,5
Transferências correntes	43.557,6	90.328,5	51.315,6	51.954,3
(das quais: transferências de outros subsetores das AP)	43.204,1	598,1	128,2	43.930,4
(das quais: transf. de Subsetores da APR)	8,8	82.938,1	50.300,4	0,0
Diferenças de consolidação				0,0
Receita de capital	25.362,7	8.949,4	1.505,7	33.345,0
Venda de bens de investimento	0,0	0,0	15,7	15,7
Transferências capital	22.738,2	8.926,4	1.483,8	30.457,6
(das quais: transferências de outros subsetores das AP)	17.377,6	0,0	0,0	17.377,6
(das quais: transf. de Subsetores da APR)	0,0	1.233,0	1.457,8	0,0
Diferenças de consolidação				109,0
Receita efetiva	235.725,1	101.557,5	62.889,4	264.342,7
Despesa corrente	272.994,3	87.771,5	61.231,1	288.743,3
Consumo público	108.158,7	28.432,2	58.181,0	194.771,8
Despesas com o pessoal	74.153,7	8.754,6	35.753,1	118.661,4
Aquisição de bens e serviços e outras desp. correntes	34.005,0	19.677,6	22.427,9	76.110,4
Subsídios	61,3	793,9	0,0	849,0
Juros e outros encargos	71.319,9	176,5	465,0	71.961,4
Transferências correntes	93.454,5	58.368,9	2.585,2	21.152,3
(das quais: transferências de outros subsetores das AP)	0,0	686,4	0,0	686,4
(das quais: transf. de Subsetores da APR)	83.032,5	50.223,7	0,0	0,0
Diferenças de consolidação				8,9
Despesa de capital	22.467,2	8.297,8	3.350,8	31.533,9
Investimento	14.278,0	82,2	3.249,8	17.610,0
Transferências de capital	8.189,2	8.215,5	101,0	13.923,9
(das quais: transferências de outros subsetores das AP)	213,8	770,8	0,0	984,6
(das quais: transf. de Subsetores da APR)	2.581,8	0,0	0,0	0,0
Outras despesas de capital	0,0	0,0	0,0	0,0
Diferenças de consolidação				0,0
Despesa efetiva	295.461,5	96.069,2	64.581,9	320.277,2
Saldo global	-59.736,4	5.488,2	-1.692,6	-55.934,5
<i>Por memória:</i>				
Saldo corrente	-62.631,9	4.836,5	152,6	-57.636,6
Despesa corrente primária	201.674,4	87.594,9	60.766,1	216.782,0
Saldo corrente primário	8.687,9	5.013,1	617,5	14.324,8
Saldo de capital	2.895,5	651,7	-1.845,1	1.702,1
Despesa primária	224.141,6	95.892,7	64.116,9	248.315,9
Saldo primário	11.583,4	5.664,8	-1.227,6	16.026,9

Fonte: Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública

Nota: As Reposições Não Abatidas nos Pagamentos foram contabilizadas em Receitas de Capital, nos termos do Decreto-Lei n.º26/2002 de 14 de fevereiro

As transferências de outros subsetores das AP compreendem transferências da Administração Central, da Administração Local e da Segurança Social

Em 31 de março de 2017, o saldo global consolidado, em contabilidade pública, dos organismos com enquadramento no perímetro da Administração Pública Regional é deficitário em 55,9 milhões de euros, o que representa um agravamento de 30,4 milhões de euros face aos valores registados em 2016. O saldo primário ascende a 16,0 milhões de euros e o saldo de capital é superavitário em 1,7 milhões de euros, face a uma *despesa efetiva* de

320,3 milhões de euros e a uma despesa primária de 248,3 milhões de euros. A *receita efetiva* ascendeu a 264,3 milhões de euros.

Se aos valores da execução orçamental consolidada excluirmos os pagamentos de dívidas de anos anteriores, que totalizaram 38,5 milhões de euros, verificamos que o saldo primário é positivo em 54,0 milhões de euros e o saldo global é deficitário em -17,5 milhões de euros.

♦ 2. Subsetor do Governo Regional

♦ 2.1. Síntese

O *saldo global* registado no final março de 2017 pelo subsetor do Governo Regional – na ótica da Contabilidade Pública –, foi de -59,7 milhões euros, o que representa uma variação de -12,2 milhões de euros face a 2016. Esta circunstância decorre da evolução ascendente das despesas com *Juros e outros encargos*, em virtude da concretização de operação de reestruturação de *swaps* de empresas públicas da Região. Efetivamente, no seguimento da deliberação do Conselho do Governo de 19 de janeiro de 2017 - Resolução n.º 21/2017 -, e decorrente dos encargos assumidos através da cessão de posição contratual das Sociedades de Desenvolvimento para a Região, prevista no n.º 2 da referida Resolução, foram pagas, no final de março, despesas num

total de 39,6 milhões de euros, que justificam o incremento na execução nessa rubrica orçamental da despesa. A evolução registada ao nível das *Despesas de Capital*, que se traduz numa variação homóloga de 6,5 milhões de euros, deriva fundamentalmente do incremento da despesa ao nível da *Aquisição de Bens de investimento* e das *Transferências de capital*. Em paralelo, verificou-se um aumento das *Despesas correntes*, que se traduz numa variação homóloga de 21,4 milhões de euros, em virtude da evolução registada na componente *Juros e outros encargos*. As restantes rúbricas da despesa corrente observaram evoluções descendentes. A *despesa efetiva* registou um acréscimo de 10,4% face a março de 2016, tendo a *receita efetiva* registado uma

evolução no mesmo sentido tendo aumentado 15,6 milhões de euros (7,1%). Especificamente, o *saldo de capital* apresenta-se positivo, tendo registado uma melhoria de 3,7 milhões de euros face ao registado no ano anterior. O *saldo corrente* evidenciado no final de março de 2017 ascendeu a -62,6 milhões de euros e o *saldo de capital* a 2,9 milhões de euros. Excluindo o efeito da regularização de dívidas de anos anteriores, o saldo global é deficitário em 42,9 milhões de euros.

Uma apreciação mais detalhada permite constatar que, em termos homólogos, enquanto na vertente corrente a *receita* aumentou 2,6%, a *despesa* variou 8,5%, fundamentalmente devido ao acréscimo registado ao nível das Despesas com *Juros*

e *outros encargos*. O *saldo global* evidenciado no final de março de 2017 resulta do comportamento da *receita efetiva*, que variou 7,1%, influenciada positivamente tanto pela evolução registada ao nível da componente de capital (67,7%), como pela variação evidenciada ao nível da componente corrente (2,6%). Registou-se, por outro lado, um acréscimo da *despesa efetiva* (10,4%), a qual foi condicionada no sentido descendente pela evolução de todas as rubricas da componente corrente, à exceção dos *Juros e outros encargos*, e no sentido ascendente pela componente de capital.

Estas variações estão evidenciadas no QUADRO II:

QUADRO II - Execução orçamental do Gov. Regional (janeiro-março)

€ Milhares

	2016	2017	VH (%)
Receita corrente	204.955,2	210.362,4	2,6
Receitas fiscais	155.741,0	157.649,6	1,2
Impostos diretos	48.218,5	46.474,7	-3,6
Impostos indiretos	107.522,5	111.174,9	3,4
Outras receitas correntes	49.214,2	52.712,8	7,1
Receita de capital	15.123,7	25.362,7	67,7
Receita efetiva	220.078,9	235.725,1	7,1
Despesa corrente	251.592,9	272.994,3	8,5
Despesas com o pessoal	77.147,5	74.153,7	-3,9
Aquisição de bens e serviços	38.943,0	33.863,8	-13,0
Juros e outros encargos	33.632,1	71.319,9	112,1
Transferências correntes	100.518,6	93.454,5	-7,0
Administrações Públicas	89.323,4	83.032,5	-7,0
Outras	11.195,2	10.421,9	-6,9
Subsídios	1.137,3	61,3	-94,6
Outras despesas correntes	214,5	141,2	-34,2
Despesa de capital	15.973,6	22.467,2	40,7
Investimento	10.654,9	14.278,0	34,0
Transferências de capital	5.318,7	8.189,2	54,0
Administrações Públicas	2.138,4	2.795,7	30,7
Outras	3.180,4	5.393,6	69,6
Despesa efetiva	267.566,5	295.461,5	10,4
Saldo global	-47.487,7	-59.736,4	-25,8
<i>Por memória:</i>			
Saldo corrente	-46.637,7	-62.631,9	-34,3
Saldo de capital	-849,9	2.895,5	440,7
Saldo primário	-13.855,6	11.583,4	183,6
Ativos financeiros líquidos de reembolsos	5.799,9	3.180,5	-45,2

Fonte: Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública

A execução calculada tem por referência o orçamento retificado, à data, após os respetivos reforços e anulações.

- ◆ Em março de 2017, o saldo primário foi de 11,6 milhões de euros, o que representa uma melhoria de cerca de 25,4 milhões de euros relativamente a 2016;
- ◆ Verifica-se um agravamento do saldo corrente, materializado numa variação homóloga de -34,3%;
- ◆ A variação homóloga do saldo global resulta da trajetória ascendente da

receita efetiva, a par de um acréscimo evidenciado na *despesa efetiva*. Com efeito, enquanto a *receita efetiva* aumentou, em termos homólogos, 15,6 milhões de euros, a despesa efetiva registou uma subida de 27,9 milhões euros, justificando, deste modo, a formação do *saldo global* de -59,7 milhões de euros, que se decompõe num saldo corrente de -62,6

milhões de euros e num saldo de capital de 2,9 milhões de euros.

O QUADRO seguinte evidencia a execução orçamental de março do

subsetor do Governo Regional, discriminada de acordo com a classificação económica:

QUADRO III - Execução orçamental do Gov. Regional (março)			€ Milhares
	2016	2017	VH (%)
Receita corrente	68.340,3	70.680,0	3,4
Receitas fiscais	62.134,8	62.536,5	0,6
Outras receitas correntes	2.518,2	4.826,7	91,7
Receita de capital	3.687,3	3.316,7	-10,1
Receita efetiva	72.027,6	73.996,7	2,7
Despesa corrente	71.182,8	106.303,0	49,3
Despesas com o pessoal	27.428,3	26.335,2	-4,0
Aquisição de bens e serviços	6.319,5	5.970,3	-5,5
Juros e outros encargos	1.480,6	41.041,3	2.672,0
Despesa de capital	10.564,5	11.742,3	11,1
Investimento	8.847,0	7.646,7	-13,6
Transferências de capital	1.717,5	4.095,5	138,5
Despesa efetiva	81.747,2	118.045,3	44,4
Saldo global	-9.719,7	-44.048,6	-353,2
<i>Por memória:</i>			
Saldo corrente	-2.842,5	-35.623,1	-1.153,2
Saldo de capital	-6.877,2	-8.425,5	-22,5
Saldo primário	-8.239,1	-3.007,3	63,5

Fonte: Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública

A execução calculada tem por referência o orçamento retificado, à data, após os respetivos reforços e anulações.

A execução orçamental relativa ao mês de março expressa uma trajetória análoga à registada em termos acumulados para 2017. Com efeito, a *receita efetiva* registou um acréscimo de 2,7% face ao evidenciado até ao final de março de 2016, verificando-se, por outro lado, uma diminuição da *despesa efetiva* (44,4%), que induziu a formação de um saldo global deficitário em

março de 2017. Em concreto, o saldo global evidencia que a *despesa efetiva* superou a *receita efetiva* em 44,0 milhões de euros, para o qual contribuíram as dinâmicas evidenciadas pelas componentes corrente e de capital, cujos saldos atingiram os -35,6 e -8,4 milhões de euros, respetivamente.

♦ 2.2. Receita

- ♦ A *receita efetiva* do Governo Regional aumentou 7,1% até ao final de março

de 2017, comparativamente ao período homólogo de 2016, em virtude

de evoluções positivas evidenciadas pelas componentes fiscal e não fiscal. Especificamente, as *receitas fiscais* registaram um acréscimo de 1,2%, tendo as *receitas não fiscais* registado uma variação de 21,4% face aos três primeiros meses de 2016. Na componente fiscal, assinala-se a evolução evidenciada ao nível da tributação indireta (3,4%), motivada, fundamentalmente, pela variação positiva do IVA e do ISV, e, em menor escala, do ISP, IS e IUC, contrabalançada pelas evoluções descendentes registadas ao nível do *Imposto sobre o tabaco*, do IABA e dos *Outros impostos indiretos*. Por seu turno, ao nível da fiscalidade direta, registou-se uma variação de -3,6% em termos homólogos, em virtude da evolução negativa ao nível de receita originada na tributação sobre os rendimentos das pessoas singulares (-6,3%), não obstante o acréscimo registado ao nível dos impostos sobre o rendimento das pessoas coletivas (23,0%), o qual não foi suficientemente expressivo para anular o efeito descendente provocado pela evolução da receita de IRS;

- ◆ O IVA registou uma evolução positiva (4,4%) face a 2016, em virtude da aplicação do método de cálculo

introduzido pela Portaria n.º 77-A/2014, de 31 de março;

- ◆ Ao nível da *receita não fiscal*, a variação de 21,4% face a março de 2016 reflete dinâmicas semelhantes e amplitudes de variação heterogéneas entre a componente corrente e de capital. Ao nível da componente *corrente*, registou-se um acréscimo de 7,1% motivado, em larga medida, pelo aumento registado nas receitas provenientes dos *Rendimentos da propriedade* (2,6 milhões de euros), em virtude distribuição de dividendos pela SDM – Sociedade de Desenvolvimento da Madeira, S.A., relativos à atividade desenvolvida em 2016. Por seu turno, a evolução evidenciada na componente de capital (67,7%) é justificada pelo aumento das *Transferências de capital*, induzido pelo Fundo de Coesão Nacional, tendo sido transferidos mais 17,3 milhões de euros até março de 2017 do que no período homólogo de 2016, e pelo aumento das transferências da UE (mais 4,0 milhões de euros);
- ◆ Em suma, a *receita fiscal* fixou-se nos 157,6 milhões de euros em março de 2017, refletindo uma variação de 1,2% face ao evidenciado no período homólogo do ano anterior. O desempenho da *receita fiscal* em março de 2017 resulta da trajetória

ascendente registada ao nível dos impostos indiretos (3,4%);

♦ O QUADRO IV sintetiza o comportamento das principais rubricas associadas à *receita fiscal*.

QUADRO IV - Execução orçamental da receita fiscal do Gov. Reg. (janeiro-março)			€ Milhares
	2016	2017	VH (%)
Receita fiscal	155.741,0	157.649,6	1,2
Impostos Diretos	48.218,5	46.474,7	-3,6
IRS	43.834,2	41.083,6	-6,3
IRC	4.384,3	5.391,1	23,0
Outros	0,0	0,0	0,0
Impostos Indiretos	107.522,5	111.174,9	3,4
ISP	9.734,1	9.804,9	0,7
IVA	87.562,5	91.377,4	4,4
ISV	1.055,3	1.531,1	45,1
Imposto de consumo sobre o tabaco	3.952,4	3.500,1	-11,4
IABA	1.216,8	977,3	-19,7
Outros	4.001,4	3.984,0	-0,4
Imposto de Selo	2.892,6	3.250,2	12,4
IUC	577,5	663,7	14,9
Receita não fiscal	64.337,8	78.075,5	21,4
Receita efetiva	220.078,9	235.725,1	7,1

Fonte: Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública

A evolução dos impostos diretos de 2016 para 2017 foi a seguinte:

- ♦ *Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS)* – Denota-se uma evolução negativa face ao nível de receita evidenciado no período homólogo de 2016 (-6,3%);
- ♦ *Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC)* – verifica-se uma variação de 23,0% relativamente ao final de março de 2016.

Em sede de IRS verificámos uma recuperação de 4,2 pontos percentuais face ao mês de fevereiro, com origem na retenção na fonte sobre os rendimentos

provenientes de valores mobiliários, nos rendimentos de prediais. Para esta variação também contribuíram os acertos das novas tabelas de retenção na fonte de trabalho dependente e pensões, com aplicação na Região ao início de 2017.

Relativamente ao IRC verifica-se uma diminuição da variação positiva face ao período anterior, devido à valorização da receita recebida no período homólogo originada por uma regularização extraordinária das notas de cobrança.

A variação homóloga dos impostos indiretos foi a seguinte:

- ◆ *Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)* – verifica-se um aumento do montante de receita arrecadada face a 2016 (4,4%), motivado pelos acertos a que se refere o artigo 3.º da Portaria n.º 77-A/2014;
- ◆ *Imposto sobre Veículos (ISV)* – a receita acumulada registou uma variação de 45,1% face ao período homólogo de 2016;
- ◆ *Imposto de Selo (IS)* – a receita acumulada registou um aumento de 12,4%, fundamentalmente explicado pelo aumento de receita proveniente da rubrica de IS sobre o Jogo;
- ◆ *Imposto sobre o Tabaco (IT)* – a receita líquida acumulada registou um

decréscimo de 11,4% comparativamente a 2016;

- ◆ *Imposto sobre os Produtos Petrolíferos (ISP)* – a arrecadação da receita proveniente destes impostos diminuiu face ao nível da execução de 2016 (0,7%).

A **receita não fiscal** apresenta uma variação de 21,4%, influenciada pelas variações evidenciadas ao nível das *Transferências de capital* (devido essencialmente ao registo de parcelas do Fundo de Coesão para as Regiões Ultraperiféricas, que no mesmo período de 2016 ainda não haviam sido transferidas, o que representa um diferencial de 17,3 milhões de euros face a março de 2016) e do acréscimo (7,1%) registado ao nível da componente corrente.

QUADRO V - Execução orçamental da receita não fiscal do Gov. Reg. (janeiro-março)

€ Milhares

	2016	2017	Grau de Execução (%)
Receita fiscal	155.741,0	157.649,6	-0,1%
Receita não fiscal	64.337,8	78.075,5	19,5%
Correntes	49.214,2	52.712,8	21,3%
Contribuições para Segurança Social, CGA e ADSE	15,5	0,0	0,0%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	4.094,1	4.270,9	18,8%
Rendimentos da Propriedade	29,0	2.647,4	15,4%
Transferências Correntes	43.545,0	43.557,6	23,6%
Venda de Bens e Serviços Correntes	1.496,3	2.042,2	24,0%
Outras Receitas Correntes	34,3	194,8	1,4%
Recursos Próprios Comunitários	0,0	0,0	0,0%
Capital	15.123,7	25.362,7	16,5%
Venda de Bens de Investimento	236,7	0,0	0,0%
Transferências de Capital	1.395,9	22.738,2	15,6%
Outras Receitas de Capital	0,0	0,0	0,0%
Saldo da Gerência Anterior	0,0	0,0	0,0%
Reposições Não Abatidas nos Pagamentos	13.491,1	2.624,5	77,8%
Receita efetiva	220.078,9	235.725,1	-0,2%

Fonte: Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública

♦ 2.3. Despesa

- ♦ A despesa efetiva acumulada do Governo Regional diminuiu 10,4% entre março de 2016 e março de 2017, tendo apresentado um grau de execução de 20,1%.

QUADRO VI - Execução orçamental das despesas do Governo Regional (janeiro-março)

€ Milhares

	2016	2017	2016	2017	VH (%)
			Grau de Execução (%)		
Despesa corrente	251.592,9	272.994,3	21,2	21,8	8,5
Despesas com o pessoal	77.147,5	74.153,7	21,2	20,9	-3,9
Remunerações Certas e Permanentes	65.555,7	63.023,0	22,6	22,3	-3,9
Abonos Variáveis ou Eventuais	620,7	583,3	18,7	16,2	-6,0
Segurança social	10.971,1	10.547,4	15,6	15,6	-3,9
Aquisição de bens e serviços correntes	38.943,0	33.863,8	17,3	14,8	-13,0
Juros e outros encargos	33.632,1	71.319,9	22,3	32,7	112,1
Transferências correntes	100.518,6	93.454,5	23,7	23,3	-7,0
Administrações Públicas	89.323,4	83.032,5	24,5	24,2	-7,0
Administração Central	0,0	0,0	0,0	0,0	-
Administração Regional	89.323,4	83.032,5	24,5	24,2	-7,0
Administração Local	0,0	0,0	0,0	0,0	-
Segurança Social	0,0	0,0	0,0	0,0	-
Outras transferências correntes	11.195,2	10.421,9	18,7	17,8	-6,9
Subsídios	1.137,3	61,3	10,3	0,5	-94,6
Outras despesas correntes	214,5	141,2	2,1	0,3	-34,2
Despesa corrente primária	217.960,8	201.674,4	21,1	19,5	-7,5
Despesa de capital	15.973,6	22.467,2	5,8	10,6	40,7
Investimento	10.654,9	14.278,0	5,9	10,0	34,0
Transferências de capital	5.318,7	8.189,2	9,8	13,4	54,0
Outras despesas de capital	0,0	0,0	0,0	0,0	-
Despesa efetiva	267.566,5	295.461,5	18,3	20,1	10,4
<i>Por memória:</i>					
Ativos financeiros	5.799,9	3.180,5	10,1	2,5	-45,2
Passivos financeiros	33.093,3	33.475,5	23,6	26,5	1,2

Fonte: Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública

Os principais fatores que influenciaram a evolução da despesa do Governo Regional de 2016 para 2017 foram os seguintes:

- ♦ Pagamentos relativos a encargos de anos anteriores, no montante de 16,8 milhões de euros, contra 34,6 milhões até março de 2016;
- ♦ Variação das *Despesas com o pessoal* (-3,9%), devido às alterações da estrutura orgânica do Governo Regional que implicaram a transição de funcionários do subsector do Governo Regional para o subsector dos serviços e fundos autónomos e também devido à diminuição do número de efetivos;
- ♦ Decréscimo das despesas com enquadramento na rubrica *Aquisição de bens e serviços correntes* (-13,0%), motivado, essencialmente, pela diminuição dos pagamentos afetos às SCUTS (-6,5 milhões de euros);
- ♦ Aumento da despesa com *Juros e outros encargos* (112,1%), na sequência da operação de reestruturação de swaps de EPR's;

- ◆ Decréscimo das *Transferências correntes* (-7,0%);
- ◆ Quebra na execução da rubrica relativa a *Outras despesas correntes* (-73,3 mil euros);
- ◆ Acréscimo da despesa de capital, a que estão associados os aumentos das despesas com a *Aquisição de bens de capital* (34,0%) e com as *Transferências de capital* (acréscimo de 2,9 milhões de euros);
- ◆ As *despesas correntes* realizadas até ao final de março de 2017 representam

92,4% do total da *despesa efetiva*, sendo que os pagamentos de *despesa corrente* relativos a encargos de anos anteriores ascenderam a 10,7 milhões de euros e a despesa corrente primária correspondeu a 68,3% da despesa efetiva. Comparativamente a março de 2016, as despesas correntes diminuíram o seu peso relativo na despesa efetiva em 1,6 pontos percentuais. O quadro seguinte expõe a decomposição da execução orçamental por classificação funcional:

QUADRO VII - Despesa do Governo Regional, por classificação funcional (janeiro-março)			€ Milhares
	2016	2017	Peso na estrutura em 2017
Funções Gerais de Soberania	20.505,2	21.283,8	7,2
Serviços Gerais da Administração Pública	18.798,3	21.060,9	7,1
Segurança e Ordem Públicas	1.706,8	222,9	0,1
Funções Sociais	163.003,8	159.459,4	54,0
Educação	71.349,5	69.651,8	23,6
Saúde	78.998,7	72.062,1	24,4
Habituação e Serviços Coletivos	4.676,3	8.847,0	3,0
Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	6.188,0	7.490,0	2,5
Funções Económicas	50.428,5	43.401,0	14,7
Agricultura e Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	7.185,7	7.455,7	2,5
Indústria e Energia	256,5	220,1	0,1
Transportes e Comunicações	37.050,3	28.686,8	9,7
Comércio e Turismo	3.747,4	4.775,2	1,6
Outras Funções Económicas	2.188,6	2.263,3	0,8
Outras Funções	33.629,1	71.317,3	24,1
Operações da Dívida Pública	33.629,1	71.317,3	24,1
Transferências entre Administrações Públicas	0,0	0,0	0,0
Diversas não especificadas	0,0	0,0	0,0
Despesa Efetiva	267.566,5	295.461,5	100,0

Por memória:

Ativos financeiros	5.799,9	3.180,5	1,1
Funções Gerais de Soberania	2.924,0	3.180,5	1,1
Funções Sociais	699,0	0,0	0,0
Funções Económicas	2.176,9	0,0	0,0
Outras Funções	0,0	0,0	0,0
Passivos financeiros	33.093,3	33.475,5	11,3

Fonte: Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública

- ◆ A apreciação da estrutura da despesa pela ótica funcional permite comprovar o relevo das funções sociais na execução da despesa, representando 54,0% do total, seguindo-se as *outras funções* (24,1%), as *funções económicas* (14,7%), e as *funções gerais de soberania* (7,2%);
- ◆ Nas *funções sociais*, destacam-se as verbas destinadas à *saúde* (72,1 milhões de euros) e à *educação* (69,7 milhões de euros) e que representam, no seu conjunto, 89% das despesas em funções sociais. As despesas com a *educação* diminuíram cerca de 1,7 milhões de euros, essencialmente devido a alterações na estrutura orgânica dos serviços incluídos no subsetor do Governo Regional, sendo que na *saúde* o montante despendido revelou-se inferior ao do ano precedente em 6,9 milhões de euros, devido ao facto de em 2016 ter sido regularizado um valor de dívida de anos anteriores superior ao ocorrido no período homólogo de 2017;
- ◆ As despesas com as funções económicas diminuíram em 2017 face à realização de 2016, cristalizando uma variação de -7,0 milhões de euros, explicada fundamentalmente pela diminuição das despesas com *Transportes e Comunicações*;
- ◆ Nas *outras funções*, os 71,3 milhões de euros executados destinaram-se a *operações da dívida pública* – representando uma variação de 112,1% face à execução registada em 2016, motivada, fundamentalmente, pelo acréscimo dos encargos com juros;
- ◆ Nas *funções gerais de soberania*, a execução ascendeu a 21,3 milhões de euros, o que representou uma variação de 3,8% face ao registado até ao final de março de 2016, motivada pelos acréscimos evidenciados nas rubricas de *Despesas com o pessoal*, *Aquisição de bens e serviços correntes* e de *Aquisição de bens de capital* que totalizaram 1,9 milhões de euros;
- ◆ No que concerne à execução orçamental por classificação orgânica, constata-se que o agrupamento orgânico com maior execução de despesa foi a Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública, que executou 105,6 milhões de euros, afetos fundamentalmente ao pagamento de *juros e outros encargos*. Segue-se a Secretaria Regional de Educação, que despendeu 75,4 milhões de euros, dos quais 74,5% são respeitantes às *despesas com o pessoal*. A Secretaria Regional da Saúde despendeu 71,8 milhões de euros, que correspondem maioritariamente a transferências correntes destinadas à área da Saúde. Em contraponto, a Presidência do Governo Regional executou 1,0 milhões

de euros, afetos, na sua maioria, a despesas com o pessoal (82,9%). As transferências para a Assembleia Legislativa da Madeira ascenderam a 3,2 milhões de euros até ao final de março de 2017;

◆ O quadro VIII traduz a execução orçamental por agrupamentos orgânicos numa perspetiva de afetação económica:

QUADRO VIII - Execução orçamental por classificação cruzada orgânica e económica (janeiro-março)

€ Milhares

	Assembleia Legislativa da Madeira	Presidência do Governo	Assuntos Parlamentares e Europeus	Finanças e Administração Pública	Inclusão e Assuntos Sociais	Economia, Turismo e Cultura	Educação	Ambiente	Saúde	Agricultura e Pescas	TOTAL
Despesa corrente	3.210,0	1.043,7	5.612,1	10.197,7	3.888,4	6.083,3	71.755,2	2.678,0	71.768,7	4.976,1	272.994,3
Despesas com o pessoal	0,0	865,5	4.573,2	3.996,1	935,1	2.585,8	56.204,4	930,5	3019	3.761,2	74.253,7
Remunerações Certas e Permanentes	0,00	593,7	3.781,4	3.339,9	807,1	2.221,5	48.029,1	805,3	256,3	3.188,7	63.023,0
Abonos Variáveis ou Eventuais	0,00	89,4	92,2	86,4	0,0	8,1	269,1	0,5	0,1	37,5	583,3
Segurança social	0,00	182,4	699,6	569,9	128,0	356,2	7.906,3	124,6	45,5	534,9	10.547,4
Aquisição de bens e serviços correntes	0,0	163,7	1000,5	26.030,1	44,3	2.814,1	3.105,4	165,3	319	508,4	33.863,8
Aquisição de bens	0,00	27,3	237,7	102,0	2,5	1232,6	1257,2	19,8	2,4	9,1	2.890,6
Aquisição de serviços	0,00	136,4	762,9	25.928,1	41,8	1581,5	1848,2	145,5	29,5	499,3	30.973,2
Juros e outros encargos	0,0	0,0	0,0	71317,3	0,0	0,0	2,6	0,0	0,0	0,0	71319,9
Transferências correntes	3.210,0	14,5	37,1	535,3	2.909,0	664,9	12.400,9	1576,3	71433,9	672,6	93.454,5
Administrações Públicas	3.210,0	0,0	0,0	527,1	2.651,3	258,4	2.731,6	1574,8	71430,8	648,6	83.032,5
Administração Central	0,00	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Administração Regional	3.210,0	0,0	0,0	527,1	2.651,3	258,4	2.731,6	1574,8	71430,8	648,6	83.032,5
Administração Local	0,00	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Segurança Social	0,00	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outras transferências correntes	0,0	14,5	37,1	8,2	257,8	406,5	9.669,3	1,6	3,1	24,0	10.421,9
Subsídios	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	17,2	26,9	0,0	0,0	17,2	61,3
Outras despesas correntes	0,0	0,1	1,2	99,9	0,0	1,4	14,9	5,9	1,0	16,8	141,2
Despesa de capital	0,0	0,0	10.277,4	3.609,8	1.098,0	1.540,9	3.689,8	1.759,8	25,8	465,7	22.467,2
Investimento	0,0	0,0	10.277,4	3.457,6	0,0	365,8	10,4	34,2	0,5	132,1	14.278,0
Transferências de capital	0,0	0,0	0,0	152,2	1098,0	1175,1	3.679,4	1725,7	25,3	333,6	8.189,2
Administrações Públicas	0,0	0,0	0,0	152,2	1098,0	1175,1	11,5	0,0	25,3	333,6	2.795,7
Administração Central	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	62,8	62,8
Administração Regional	0,0	0,0	0,0	1,2	1098,0	1175,1	11,5	0,0	25,3	270,8	2.581,8
Administração Local	0,0	0,0	0,0	151,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	151,0
Segurança Social	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outras transferências de capital	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	3.667,9	1725,7	0,0	0,0	5.393,6
Outras despesas de capital	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
											0,0
Despesa efetiva	3.210,0	1.043,7	15.889,5	10.558,5	4.986,4	7.624,2	75.445,0	4.437,9	71.794,5	5.441,8	295.461,5
<i>Por memória:</i>											
Ativos financeiros		0,0	262,5	2.918,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	3.180,5
Passivos financeiros		0,0	0,0	33.475,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	33.475,5
Operações extraorçamentais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	31342,6

Fonte: Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública

♦ 3. Subsetor Serviços e Fundos Autónomos e EPR

♦ 3.1. Entidades Públicas Reclassificadas

- ♦ A partir de 2012, as empresas classificadas no perímetro da APR aqui designadas de EPR (Entidades Públicas Reclassificadas) foram integradas e equiparadas a Serviços e Fundos Autónomos, para efeitos de controlo orçamental, em consonância com o disposto no n.º 5 do artigo 2.º da Lei de Enquadramento Orçamental.
- ♦ Com a entrada em vigor do novo Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais 2010 (SEC 2010), as entidades abaixo designadas foram integradas, a partir de 1 de janeiro de 2015, no setor institucional da Administração Pública Regional, após aprovação do ORAM:
 - ADERAM - Agência de Desenvolvimento da Região Autónoma da Madeira;
 - CARAM - Centro de Abate da Região Autónoma da Madeira, EPERAM;
 - IHM - Investimentos Habitacionais da Madeira, EPERAM;
 - SESARAM - Serviço Regional de Saúde, E.P.E.;
 - ARDITI - Agência Regional para o Desenvolvimento da Investigação, Tecnologia e Inovação – Associação;
 - Polo Científico e Tecnológico da Madeira, Madeira Tecnopolo, S.A..
- ♦ O *saldo global* da execução financeira das Entidades Públicas Reclassificadas, considerando a informação acumulada até ao final de março de 2017, situou-se em -1,7 milhões de euros. Para este valor contribuem as despesas com o *peçoal* (35,8 milhões de euros), com a *aquisição de bens e serviços correntes* (22,1 milhões de euros), com *juros e outros encargos* (0,5 milhões de euros) e com *transferências correntes* (2,6 milhões de euros), fazendo com que a *despesa corrente* se fixasse em 61,2 milhões de euros. Relativamente à componente de capital, a despesa realizada ao nível da *aquisição de bens de capital* totalizou 3,2 milhões de euros. Do lado das *receitas*, a componente corrente ascendeu a 61,4 milhões de euros, enquanto a componente de capital, que ascendeu a 1,5 milhões de euros, contribuiu de forma menos intensa para o saldo evidenciado no final de março.

- ♦ Verifica-se uma quebra no *saldo global* das EPR de 20,1 milhões de euros face ao registado até ao final do mês de

março de 2016, conforme revela o quadro seguinte:

QUADRO IX - Saldo Global do Subsetor - EPR (janeiro-março)		€ Milhares
	2016	2017
Entidades Públicas Reclassificadas	18.400,9	-1.692,6

Fonte: Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública

♦ 3.2. Síntese Global dos SFA e EPR

Os Serviços e Fundos Autónomos registaram um excedente de 5,5 milhões de euros. Este resultado é justificado, no que à componente corrente da receita diz respeito, pelas *transferências da Administração Pública Regional (APR)*, que atingiram 82,9 milhões de euros, o que representa 97,5% da *receita corrente* arrecadada em 2017. Nas *receitas de capital* – não considerando o *saldo da gestão anterior* – as *transferências* provenientes da União Europeia constituem a origem da parcela mais

relevante do total arrecadado pela via de capital em 2017 (86,0%). A estrutura da despesa é marcada pela relevância do peso das transferências correntes e de capital, e das despesas com a *aquisição de bens e serviços correntes* e com o *peçoal*, que representaram 98,9% da *despesa efetiva*.

O quadro X reflete os saldos em diferentes óticas dos Serviços e Fundos Autónomos e das Entidades Públicas Reclassificadas:

QUADRO X - Execução orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos e EPR (janeiro-março)			€ Milhares
	SFA	EPR	TOTAL
Saldo global	5.488,2	-1.692,6	3.795,7
<i>Por memória:</i>			
Despesa primária	95.892,7	64.116,9	160.009,6
Saldo primário	5.664,8	-1.227,6	4.437,2
Saldo corrente	4.836,5	152,6	4.989,1
Saldo de capital	651,7	-1.845,1	-1.193,4
Ativos financeiros líquidos de reembolsos	2,9	60,9	63,9
Passivos financeiros líquidos de amortizações	0,0	3.180,4	3.180,4

Fonte: Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública

O *saldo global* (SFA+EPR) relativo aos três primeiros meses de 2017 totalizou 3,8 milhões de euros, em virtude dos resultados evidenciados pelos SFA, que registaram um saldo de 5,5 milhões de euros, contrariando o efeito descendente registado pelas EPR, cujo *saldo global*

ascendeu a -1,7 milhões de euros. Os saldos *corrente* e de *capital* atingiram, respetivamente, 5,0 e -1,2 milhões de euros. A *despesa primária* fixou-se nos 160,0 milhões de euros, perfazendo um *saldo primário* de 4,4 milhões de euros.

QUADRO XI - Execução orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos e EPR (janeiro-março) € Milhares

	SFA	EPR	Peso na estrutura em 2017
Receita corrente	92.608,0	61.383,7	153.991,7
Impostos diretos	404,1	0,0	404,1
Impostos indiretos	24,7	0,0	0,0
Contribuições para Segurança Social, CGA e ADSE	0,0	0,0	0,0
Taxas, Multas e Outras Penalidades	663,9	3.050,0	3.714,0
Transferências Correntes	90.328,5	51.315,6	141.644,1
União Europeia	6.785,7	876,9	7.662,6
Outras transferências	83.542,7	50.438,7	133.981,5
Venda de bens e serviços correntes	892,3	4.085,0	4.977,3
Outras Receitas Correntes	294,6	2.933,1	3.227,7
Receita de capital	8.949,4	1.505,7	10.455,1
Venda de bens de investimento	0,0	15,7	15,7
Transferências de capital	8.926,4	1.483,8	10.410,2
União Europeia	7.693,4	26,0	7.719,4
Outras transferências	1.233,0	1.457,8	2.690,8
Outras Receitas de Capital	0,0	0,0	0,0
Receita efetiva	101.557,5	62.889,4	164.446,8
Despesa corrente	87.771,5	61.231,1	149.002,6
Despesas com o pessoal	8.754,6	35.753,1	44.507,7
Aquisição de bens e serviços	19.665,5	22.095,7	41.761,2
Juros e outros encargos	176,5	465,0	641,5
Transferências correntes	58.368,9	2.585,2	60.954,1
Outros subsectores das Administrações Públicas	686,4	0,0	686,4
Outras transferências	57.682,4	2.585,2	60.267,6
Subsídios	793,9	0,0	793,9
Outras despesas correntes	12,1	332,2	344,3
Despesa de capital	8.297,8	3.350,8	11.648,5
Investimento	82,2	3.249,8	3.332,0
Transferências de capital	8.215,5	101,0	8.316,5
Outras despesas de capital	0,0	0,0	0,0
Despesa efetiva	96.069,2	64.581,9	160.651,1
Ativos financeiros	595,5	25,3	620,8
Passivos financeiros	0,0	4.251,1	4.251,1
Outras despesas de capital	0,0	0,0	0,0
Saldo global	5.488,2	-1.692,6	3.795,7

Fonte: Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública

Em termos de execução mensal, constata-se que o saldo global do mês de março dos

SFA e das EPR ascendeu a -1,8 milhões de euros, tendo o saldo corrente atingido um

défice de -2,6 milhões de euros, e o de capital um excedente de 0,8 milhões de euros. A despesa primária fixou-se nos 58,1 milhões de euros e o saldo primário em -

1,7 milhões de euros. A despesa mensal dos SFA e EPR desagrega-se da seguinte forma:

QUADRO XII - Execução orçamental dos SFA e EPR (março)			€ Milhares
	março 2017		Total
	SFA execução mensal	EPR execução mensal	
Receita corrente	31.725,0	20.107,8	51.832,9
Impostos diretos	0,0	0,0	0,0
Impostos indiretos	0,0	0,0	0,0
Contribuições de Segurança Social	0,0	0,0	0,0
Outras receitas correntes	31.725,0	20.107,8	51.832,9
Transferências correntes	31.005,9	16.027,8	47.033,6
Receita de capital	3.328,9	1.227,7	4.556,5
Venda de bens de investimento	0,0	0,2	0,2
Transferências capital	3.307,8	1.226,6	4.534,4
			0,0
Receita efetiva	35.053,9	21.335,5	56.389,4
Despesa corrente	31.432,5	23.028,9	54.461,4
Consumo público	13.754,3	22.041,3	35.795,5
Despesas com o pessoal	3.035,2	11.815,2	14.850,5
Aquisição de bens e serviços e outras desp. correntes	10.719,1	10.226,0	20.945,1
Subsídios	327,0	0,0	327,0
Juros e outros encargos	25,7	116,0	141,7
Transferências correntes	17.325,4	871,7	18.197,1
Despesa de capital	3.051,6	710,9	3.762,5
Investimento	38,5	609,9	648,4
Transferências de capital	3.013,1	101,0	3.114,1
Outras despesas de capital	0,0	0,0	0,0
Despesa efetiva	34.484,1	23.739,8	58.223,9
Saldo global	569,8	-2.404,3	-1.834,5

Fonte: Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública

O quadro XIII apresenta os saldos de março dos subsetores do Governo Regional, SFA e

EPR – em diferentes óticas: Governo Regional e SFA (com e sem EPR), a saber:

QUADRO XIII - Execução orçamental Gov. Reg., SFA e EPR				€ Milhares
	Universos comparáveis - Gov. Regional e SFA (sem EPR)		Execução Universo real - Gov. Regional e SFA (com EPR)	
	março 2017	janeiro-março 2017	março 2017	janeiro-março 2017
Saldo global	-29.593,6	-29.593,6	-49.190,9	-56.040,8
<i>Por memória:</i>				
Saldo corrente	-22.673,3	-22.673,3	-41.561,5	-57.633,9
Despesa corrente primária	51.543,6	51.543,6	74.456,5	216.779,3
Saldo corrente primário	18.393,7	18.393,7	-378,5	14.327,4
Saldo de capital	-6.920,2	-6.920,2	-7.629,4	1.593,1
Despesa primária	64.670,3	64.670,3	88.294,1	248.313,2
Saldo primário	11.473,5	11.473,5	-8.007,9	15.920,6

Fonte: Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública

O *saldo corrente* (considerando GR+SFA) ascendeu, em termos acumulados, a -22,7 milhões de euros, tendo o *saldo de capital* atingido -6,9 milhões de euros. A informação relativa ao *saldo primário* (GR+SFA) revela um resultado que ascende a 11,5 milhões de euros em 2017. Considerando a informação relativa ao Governo Regional e SFA (com EPR), verifica-se que a *receita corrente* arrecadada nos três primeiros meses de 2017 foi de 231,1 milhões de euros e que a despesa da mesma natureza correspondeu

a 288,7 milhões de euros. No que concerne à componente de capital, a receita atingiu os 33,1 milhões de euros enquanto a despesa ascendeu a 31,5 milhões de euros. A receita líquida dos *ativos e passivos financeiros*, bem como das *operações extraorçamentais*, atingiu os 264,2 milhões de euros, com a *despesa efetiva* a atingir os 320,3 milhões de euros.

No quadro XIV está expressa a desagregação por *receita e despesa* do universo descrito anteriormente (Governo Regional, SFA e EPR):

QUADRO XIV - Execução orçamental Gov. Reg., SFA e EPR				€ Milhares
	Universos comparáveis - Gov. Regional e SFA (sem EPR)		Execução Universo real - Gov. Regional e SFA (com EPR)	
	março 2017	janeiro-março 2017	março 2017	janeiro-março 2017
Receita corrente	69.937,3	220.023,5	74.078,0	231.106,7
Impostos diretos	22.425,8	46.878,7	22.425,8	46.878,7
Impostos indiretos	40.110,8	111.199,5	40.110,8	111.199,5
Contribuições de Segurança Social	0,0	0,0	0,0	0,0
Outras receitas correntes	7.400,7	61.945,2	11.541,5	73.028,5
Transferências correntes	1.974,3	50.939,1	2.035,0	51.954,3
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	14,2	43.802,2	14,3	43.930,4
Receita de capital	6.206,5	33.079,2	6.208,1	33.127,0
Venda de bens de investimento	0,0	0,0	0,2	15,7
Transferências capital	5.168,5	30.431,6	5.169,1	30.457,6
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	0,0	17.377,6	0,0	17.377,6
Receita efetiva	76.143,7	253.102,6	80.286,2	264.233,8
Despesa corrente	92.610,6	227.509,5	115.639,5	288.740,7
Consumo público	46.097,9	136.590,8	68.139,2	194.771,8
Despesas com o pessoal	29.370,5	82.908,3	41.185,7	118.661,4
Aquisição de bens e serviços e outras desp. correntes	16.727,4	53.682,5	26.953,5	76.110,4
Subsídios	331,8	855,2	331,8	855,2
Juros e outros encargos	41.067,0	71.496,4	41.183,0	71.961,4
Transferências correntes	5.113,9	18.567,1	5.985,6	21.152,3
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	202,0	686,4	202,0	686,4
Despesa de capital	13.126,7	28.183,1	13.837,6	31.533,9
Investimento	7.685,2	14.360,2	8.295,1	17.610,0
Transferências de capital	5.441,5	13.822,9	5.542,4	13.923,9
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	839,1	984,6	839,1	984,6
Outras despesas de capital	0,0	0,0	0,0	0,0
Despesa efetiva	105.737,3	255.692,6	129.477,1	320.274,6
Saldo global	-29.593,6	-2.590,0	-49.190,9	-56.040,8

Fonte: Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública

♦ 4. Dívida não Financeira da Administração Regional

- ♦ O passivo acumulado da Administração Pública Regional reportado ao final do mês de março de 2017 ascendia a 485,7 milhões de euros, dos quais 83,4% são respeitantes a obrigações do Governo Regional. Os SFA, por seu turno, são responsáveis por 5,1% do montante do passivo verificado;
- ♦ Excluindo as novas EPR (universo comparável com 2014), os passivos ascendem a 456,8 milhões de euros;
- ♦ Até 31 de março, comparando com 01/01/2017, a Região diminuiu os passivos em 25,4 milhões de euros, tendo os pagamentos em atraso registado uma quebra de 14,8 milhões de euros;
- ♦ Desde o início de 2012, e considerando o mesmo universo de entidades, a redução de passivos ascendeu a 2.216,1 milhões de euros e de pagamentos em atraso a 1.101,9 milhões de euros;
- ♦ Os *pagamentos em atraso* apurados até ao final de março de 2017 correspondem a 30,7 milhões de euros, dos quais 10,8 milhões de euros são afetos às novas EPR. As parcelas mais relevantes são atribuídas às EPR (62,3%) e ao Governo Regional (33,9%);
- ♦ Assinala-se ainda o facto da componente *Aquisições de bens e serviços correntes* representar 30,3% do total do Passivo e 45,3% dos pagamentos em atraso;
- ♦ Os quadros seguintes sintetizam a situação da Administração Regional no mês de março de 2017, no que à *dívida não financeira* diz respeito.

QUADRO XV - Contas a pagar, da Administração Regional, no final de março de 2017 (valores acumulados)

€ Milhares

Total	março de 2017			Variação face ao stock inicial de janeiro		
	Stock final do período			Passivo	Contas a pagar	Pagamentos em atraso
	Passivo	Contas a pagar	Pagamentos em atraso			
Despesas Correntes	434.630,06	334.406,76	27.107,71	-4,01%	22,10%	-32,08%
Despesas com Pessoal	5.944,83	5.049,97	20,04	75,51%	106,37%	31,77%
Aquisições de Bens e Serviços	147.255,36	144.276,72	13.888,29	12,66%	12,73%	-31,17%
Juros e outros encargos	272.970,09	180.048,18	12.841,80	-13,37%	27,65%	-33,69%
Transferências Correntes	7.470,73	4.079,63	345,73	124,10%	84,93%	1,34%
Subsídios	803,76	774,35	0,00	940,28%	4406,85%	0,00%
Outras Despesas Correntes	185,29	177,92	11,86	5,59%	4,47%	2,90%
Despesas de Capital	51.045,00	31.184,72	3.556,08	-12,40%	-12,93%	-36,47%
Aquisições de Bens de Capital	23.113,50	7.392,60	3.325,50	-12,45%	-27,00%	-38,68%
Transferências de Capital	27.931,50	23.792,12	230,58	-12,36%	-7,38%	32,59%
Outras Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%
Total	485.675,06	365.591,48	30.663,79	-4,96%	18,05%	-32,62%

QUADRO XVI - Contas a pagar, do Governo Regional, no final de janeiro de 2017 (valores acumulados)

€ Milhares

Governo Regional	março de 2017			Variação face ao stock inicial de janeiro		
	Stock final do período			Passivo	Contas a pagar	Pagamentos em atraso
	Passivo	Contas a pagar	Pagamentos em atraso			
Despesas Correntes	358.913,43	260.884,23	7.792,68	11,14%	40,22%	-44,88%
Despesas de Capital	46.095,74	29.117,97	2.598,97	-8,32%	-5,84%	-21,58%
Total	405.009,17	290.002,20	10.391,66	8,52%	33,66%	-40,46%

Fonte: Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública

QUADRO XVII - Contas a pagar, dos Serviços e Fundos Autónomos, no final de março de 2017 (valores acumulados)

€ Milhares

Serviços e Fundos Autónomos	março de 2017			Variação face ao stock inicial de janeiro		
	Stock final do período			Passivo	Contas a pagar	Pagamentos em atraso
	Passivo	Contas a pagar	Pagamentos em atraso			
Despesas Correntes	24.849,11	23.242,86	1.171,13	-7,29%	-7,39%	7,89%
Despesas de Capital	92,54	78,28	2,08	47,28%	120,73%	0,00%
Total	24.941,65	23.321,13	1.173,21	-7,16%	-7,21%	8,08%

Fonte: Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública

QUADRO XVIII - Contas a pagar, das Entidades Públicas Reclassificadas, no final de março de 2017 (valores acumulados)

€ Milhares

Entidades Públicas Reclassificadas	março de 2017			Variação face ao stock inicial de janeiro		
	Stock final do período			Passivo	Contas a pagar	Pagamentos em atraso
	Passivo	Contas a pagar	Pagamentos em atraso			
Despesas Correntes	50.867,52	50.279,68	18.143,90	-50,63%	-19,83%	-26,51%
Despesas de Capital	4.856,73	1.988,47	955,03	-38,73%	-59,05%	-58,17%
Total	55.724,24	52.268,14	19.098,93	-49,78%	-22,65%	-29,19%

Fonte: Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública

♦ 5. Anexos

Lista de entidades que cumprem com o estabelecido no art.º 7.º da LCPA (Serviços Integrados)

Assembleia Legislativa da Madeira

Assembleia Legislativa da Madeira

Presidência do Governo

Secretaria Geral da Presidência

Secretaria Regional dos Assuntos Parlamentares e Europeus

Direção Regional dos Assuntos Europeus e Cooperação Externa

Direção Regional de Edifícios Públicos

Direção Regional de Infraestruturas e Equipamentos

Laboratório Regional de Engenharia Civil

Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública

Direção Regional da Administração Pública e Modernização Administrativa

Direção Regional do Orçamento e Tesouro

Inspeção Regional de Finanças

Autoridade Tributária e Assuntos Fiscais da RAM

Direção Regional de Estatística da Madeira

Unidade Técnica Acomp. Monit. Projetos SPE

Secretaria Regional da Inclusão e Assuntos Sociais

Conselho Económico e Social

Direção Regional Adjunta, da Inclusão e Desenvolvimento Local

Secretaria Regional da Economia, Turismo e Cultura

Inspeção Regional das Atividades Económicas

Direção Regional da Inovação, Valorização e Empreendedorismo

Secretaria Regional de Educação

Gabinete da Unidade de Gestão e Planeamento da SRE

Inspeção Regional de Educação

Escola Básica e Secundária de Gonçalves Zarco, Funchal

Escola Básica 1º e 2º e 3º Ciclo e Pré-Escolar de Bartolomeu Perestrelo, Funchal

Escola Básica e Secundária de Machico

Escola Básica e Secundária da Calheta

Escola Básica e Secundária Padre Manuel Álvares, Ribeira Brava

Escola Básica e Secundária de Santa Cruz

Escola Básica e Secundária Prof. Dr. Freitas Branco, Porto Santo

Escola Básica e Secundária da Ponta do Sol

Escola Básica 2º e 3º Ciclos Dr. Horácio Bento de Gouveia, Funchal

Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Santo António, Funchal

Escola Básica e Sec. Bispo D. Manuel Ferreira Cabral, Santana

Escola Básica e Secundária D. Lucinda Andrade, São Vicente

Escola Secundária Jaime Moniz

Escola Secundária Francisco Franco, Funchal

Escola Básica e Secundária Dr. Angelo Augusto da Silva, Funchal

Escola Básica e Secundária Dr. Luís Maurílio da Silva Dantas, Carmo

Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos do Caniço

Escola Básica do 2º e 3º Ciclos dos Louros, Funchal

Escola Básica 2º e 3º Ciclos Dr. Eduardo Brazão de Castro, São Roque

Escola Básica e Secundária do Porto Moniz

Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos Dr. Alfredo Ferreira Nobrega Junior, Camacha

Escola Básica 2º e 3º Ciclos Prof. Francisco Manuel Santana Barreto, Fajã Ovelha

Escola Básica dos 1º, 2º e 3º Ciclos e Pré-Escolar do Curral das Freiras

Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais

Gabinete do Secretário Regional

Direção Regional de Florestas e Conservação da Natureza

Secretaria Regional de Agricultura e Pescas

Direção Regional de Agricultura

Direção Regional de Pescas

Gabinete do Secretário Regional

Lista de entidades que cumprem com o estabelecido no art.º 7.º da LCPA (SFA/EPR)

Assembleia Legislativa da Madeira

Assembleia Legislativa da Madeira

Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública

Gabinete de Gestão da Loja do Cidadão da Madeira

Fundo de Estabilização Tributária da RAM

Instituto de Desenvolvimento Regional

PATRIRAM-Titularidade e Gestão do Património Público Regional, S.A.

Secretaria Regional da Inclusão e Assuntos Sociais

Instituto de Emprego da Madeira, IP-RAM

Serviço Regional de Proteção Civil, IP-RAM

IHM-Investimentos Habitacionais da Madeira, EPERAM

Secretaria Regional da Economia, Turismo e Cultura

Instituto de Desenvolvimento Empresarial

APARM-Administração dos Portos da RAM, S.A.

Secretaria Regional de Educação

Conservatório - Escola Profissional das Artes da Madeira

Fundo Escolar - Escola Básica dos 1º, 2º e 3º Ciclos Com Pre Esc. Do Porto da Cruz

Fundo Escolar - Esc. Bas. e Sec. Dr. Ângelo Augusto da Silva

Fundo Escolar - Escola Básica e Secundária da Calheta

Fundo Escolar - Esc. Bas. e Sec. Dr. Luís Maurílio da Silva Dantas

Fundo Escolar - Esc. Bas. e Sec. Dr. Francisco Freitas Branco

Fundo Escolar - Esc. Bas. e Sec. Gonçalves Zarco

Fundo Escolar - Esc. Bas. e Sec. D.ª Lucinda Andrade

Fundo Escolar - Esc. Bas. e Sec. de Machico

Fundo Escolar - Esc. Bas. e Sec. Padre Manuel Álvares

Fundo Escolar - Esc. Bas. e Sec. Bispo D. Manuel Ferreira Cabral

Fundo Escolar - Esc. Bas. e Sec. Ponta do Sol

Fundo Escolar - Esc. Bas. e Sec. Porto Moniz

Fundo Escolar - Esc. Bas. e Sec. Santa Cruz

Fundo Escolar - Esc. Bas. e Sec. Francisco Franco

Fundo Escolar - Esc. Bas. e Sec. Jaime Moniz

Fundo Escolar - Esc. Bas. dos 1º, 2º, e 3º C. Prof. F.M.S. Barreto

Fundo Escolar - Esc. Bas. dos 2º, e 3º C. Dr. Alfredo F.N. Junior

Fundo Escolar - Esc. Bas. 1º, 2º, e 3º Ciclos Com Pre Esc. Bartolomeu Perestrelo

Fundo Escolar - Esc. Bas. dos 2º, e 3º C. Caniçal

Fundo Escolar - Esc. Bas. dos 2º, e 3º C. Caniço

Fundo Escolar - Esc. Bas. dos 1º, 2º, e 3º Ciclos Com Pre Esc. Curral das Freiras

Fundo Escolar - Esc. Bas. dos 2º, e 3º C. Estr. C. Lobos

Fundo Escolar - Esc. Bas. dos 2º, e 3º C. Horácio Bento Gouveia

Fundo Escolar - Esc. Bas. dos 2º, e 3º C. Con. J. J. G. Andrade

Fundo Escolar - Esc. Bas. dos 2º, e 3º dos Louros

Fundo Escolar - Esc. Bas. dos 2º, e 3º Santo António

Fundo Escolar - Esc. Bas. dos 2º, e 3º Cardeal D. T. G. São Jorge

Fundo Escolar - Esc. Bas. dos 2º, e 3º C. Dr. Eduardo B. Castro

Fundo Escolar - Esc. Bas. dos 2º, e 3º C. Torre C. Lobos

ARDITI-Agência Regional Desenv. Inv. Tec. e Inovação

Instituto para a Qualificação

Instituto das Artes da Madeira

Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais

Parque Natural da Madeira

Instituto das Florestas e Conservação da Natureza, IP-RAM

♦ 6. Conceitos aplicados

Contas a pagar são o subconjunto dos passivos certos, líquidos e exigíveis (ex.: fatura ou documento equivalente, notas de abono, talões nos termos do CIVA).

Pagamentos em atraso são as contas a pagar que permaneçam nessa situação mais de 90 dias posteriormente à data de vencimento acordada ou especificada na fatura, contrato, ou documentos equivalentes. Excluem-se deste conceito, para efeitos de aplicação da LCPA e do Decreto-Lei n.º 127/2012 (n.º 2 do artigo 4.º):

- ♦ As obrigações de pagamento objeto de impugnação judicial até que sobre elas seja proferida decisão final e executória, as quais devem ser consideradas no passivo, mas não em contas a pagar, uma vez que as provisões para riscos e encargos não constituem um passivo certo, líquido e exigível;
- ♦ As situações de impossibilidade de cumprimento por ato imputável ao credor, as quais devem ser consideradas em contas a pagar, visto que a dívida se mantém, ainda que não incorra em mora;
- ♦ Os montantes objeto de acordos de pagamento desde que o pagamento seja efetuado dentro dos prazos acordados, os quais permanecem em contas a pagar,

acrescendo aos compromissos do mês/período/ano em que vão ser liquidados.

Passivos são as obrigações presentes da entidade proveniente de acontecimentos passados, cuja liquidação se espera que resulte num exfluxo de recursos da entidade que incorporam benefícios económicos. Uma característica essencial de um passivo é a de que a entidade tenha uma obrigação presente (constituída, por exemplo, aquando da entrega dos bens com a guia de remessa, contabilizados em receção e conferência, ou com a fatura ou documento equivalente, provisões para riscos e encargos, ou em resultado de empréstimos contraídos).

Saldo Corrente corresponde à diferença entre a receita corrente e a despesa corrente.

Saldo Capital corresponde à diferença entre a receita de capital e a despesa de capital.

Saldo Global é a diferença entre a receita efetiva e a despesa efetiva. Este saldo evidencia a necessidade de recurso ao endividamento (défice) ou a capacidade de redução do endividamento (excedente).

Saldo Primário corresponde à diferença entre a receita e a despesa primária (despesa antes de juros).

◆ 7. Siglas e abreviaturas

ADSE	Direção-Geral de Proteção Social aos Trabalhadores em Funções Públicas
APR	Administração Pública Regional
CGA	Caixa Geral de Aposentações
CIVA	Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado
DGO	Direção-Geral do Orçamento (Ministério das Finanças)
EPR	Entidades Públicas Reclassificadas
FCN	Fundo de Coesão Nacional
GR/Gov. Reg.	Governo Regional (da Madeira)
IABA	Imposto sobre o Álcool e as Bebidas Alcoólicas
IRC	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas
IRS	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares
IS	Imposto do Selo
ISP	Imposto sobre os Produtos Petrolíferos
ISV	Imposto sobre Veículos
IT	Imposto sobre o Tabaco
IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
LCPA	Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso
LOE	Lei do Orçamento do Estado
OE	Orçamento do Estado
p.p.	pontos percentuais
PAEF-RAM	Programa de Ajustamento Económico e Financeiro da Região Autónoma da Madeira
SEC 2010	Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais
SCUTS	Estradas cujos custos são suportados pelo Governo Regional - Sem Custo para os Utilizadores
SFA	Serviços e Fundos Autónomos
SNS	Serviço Nacional de Saúde
VH	Variação homóloga

♦ 8. Índice de Quadros

<i>Quadro I - Execução orçamental consolidada (janeiro-março)</i>	5
<i>Quadro II - Execução orçamental do Gov. Regional (janeiro-março)</i>	8
<i>Quadro III - Execução orçamental do Gov. Regional (março)</i>	9
<i>Quadro IV - Execução orçamental da receita fiscal do Gov. Reg. (janeiro-março)</i>	11
<i>Quadro V - Execução orçamental da receita não fiscal do Gov. Reg. (janeiro-março)</i>	13
<i>Quadro VI - Execução orçamental das despesas do Governo Regional (janeiro-março)</i>	14
<i>Quadro VII - Despesa do Governo Regional, por classificação funcional (janeiro-março)</i>	15
<i>Quadro VIII - Execução orçamental por classificação cruzada orgânica e económica (janeiro-março)</i>	17
<i>Quadro IX - Saldo Global do Subsetor - EPR</i>	19
<i>QUADRO X - Execução orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos e EPR (janeiro - março)</i>	19
<i>Quadro XI - Execução orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos e EPR (janeiro-março)</i>	20
<i>Quadro XII - Execução orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos e EPR (março)</i>	21
<i>Quadro XIII - Execução orçamental Gov. Reg., SFA e EPR</i>	21
<i>Quadro XIV - Execução orçamental Gov. Reg., SFA e EPR</i>	22
<i>Quadro XV - Contas a pagar, da Administração Regional, no final de março de 2017 (valores acumulados)</i>	24
<i>Quadro XVI - Contas a pagar, do Governo Regional, no final de março de 2017 (valores acumulados)</i>	24
<i>Quadro XVII - Contas a pagar, dos Serviços e Fundos Autónomos, no final de março de 2017 (valores acumulados)</i>	24
<i>Quadro XVIII - Contas a pagar, das Entidades Públicas Reclassificadas no final de março de 2017 (valores acumulados)</i>	24

**REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA****Governo Regional**

◆ Ficha técnica

TÍTULO: *Boletim de execução orçamental do Governo Regional da Madeira*

EDIÇÃO: Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública

DESIGN GRÁFICO: © SRF, 2017

DISTRIBUIÇÃO: Gratuita

PERIODICIDADE: Mensal

ISSN: 2182-6331 (ficheiro eletrónico)

DATA: Abril de 2017

LOCAL: Funchal, Região Autónoma da Madeira



Este documento informativo está redigido conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Documento eletrónico otimizado para leitura OCR.

Avenida Arriaga | 9004-528 Funchal | Telef. 291212100 | Fax 291238115 | Contribuinte 671001310 | Página institucional <http://www.madeira.gov.pt/srf/> | E-mail: gabinete.srf@madeira.gov.pt



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL